

Kind, Amy (ed.), *The Routledge Handbook of Philosophy of Imagination*, Routledge, New York & Oxford 2016; 481pp.; ISBN 978-0-415-73948-1 (hbk), 978-1-315-65790-5 (ebk).

*The Routledge Handbook of Philosophy of Imagination* tem edição de Amy Kind, professora de Filosofia no Claremont McKenna College (EUA) nas áreas de filosofia da mente e metafísica, mas com um interesse particular, e extenso trabalho, em questões relacionadas com a imaginação e com a consciência fenomenológica, tendo já antes editado o volume 6 da *History of the Philosophy of Mind*, dedicado à filosofia da mente nos séculos XX e XXI. Com Peter Kung edita a coleção *Knowledge Through Imagination*.

O *Handbook* está dividido em seis partes pelas quais se distribuem trinta e quatro estudos. Cada parte é dedicada a diferentes características ou dimensões da faculdade imaginativa. Na Introdução (pp. 1-11) Amy Kind enumera as áreas da Filosofia nas quais a imaginação se vê implicada. A discussão do tema está maioritariamente assente em áreas como a filosofia da mente, a estética e a psicologia moral, mas não deixa de se estender, entre outras, à matemática, à filosofia da ciência e à epistemologia. Kind considera, porém, que a questão acerca da imaginação e da sua natureza, está insuficientemente respondida, e que nem existe consenso no que se refere a uma definição. A imaginação comporta tantas dimensões, tantos géneros de ação, que é difícil perceber quais lhe pertencem de facto, e quais terão de ser excluídas ou corrigidas. Por essa mesma razão a autora não é a única nesta edição a citar Kendall Walton para sublinhar a necessidade, e também a dificuldade, de apontar o que há de comum entre os tipos de imaginação, uma vez que aquilo em que diferem é mais claro e, por isso, mais discutido. Torna-se importante, como faz Kind nesta introdução, situar o leitor na discussão contemporânea, enumerando os pontos acerca dos quais existe maior consenso e mapeando as taxonomias existentes. Existem quatro pontos acerca dos quais, a maioria dos pensadores estão de acordo: 1) nem todo o uso do termo *imaginar* se refere a uma ação da imaginação; 2) imaginação é um tipo de estado mental primitivo e, por isso, não é redutível a outro; 3) imaginar tem conteúdo intencional; 4) a imaginação não é, na sua constituição, constrangida pela verdade. A imaginação pode ser denominada como imaginação sensorial (*sensory* ou *imagistic imagination*), quando se fala de ver, ouvir ou cheirar dentro da própria mente, ou seja, quando se fala em experiências sensoriais internas. Imaginação proposicional (*Attitudinal* ou *propositional imagination*) é o que se dá quando o sujeito

demonstra uma atitude ou constrói proposições que se referem ao objeto ou circunstância imaginada, como, por exemplo, esperar que uma situação imaginada possa acontecer no futuro. Por sua vez, imaginação experiencial (*experiential imagination*) tem a ver com situações de simulação de emoções: «eu imagino que tenho medo das alturas, mas não tenho na verdade»; ou «eu imagino que estou a ver um gato, mas na verdade não estou». Estes três tipos de imaginação reúnem-se por vezes, construindo um tipo particular de ação. A essa reunião dá-se o nome de imaginação construtiva (*constructive imagination*), e acontece quando alguém lê uma obra de ficção, por exemplo. Existem outras maneiras de categorizar a imaginação. Kind refere a de Gregory Currie, imaginação criativa (*creative imagination*) e imaginação recreativa (*recreative imagination*) e a de Descartes, que assume a imaginação como naturalmente imagística. A autora refere também, nesse sentido de mapeamento, os vários tipos de uso que o sujeito faz da capacidade mental, e divide-as em dois grupos principais: usos transcendentais (*transcendent uses*) e usos instrucionais (*instructional uses*). Dentro dos usos transcendentais estão os jogos de “faz de conta”, naturais na infância; os sonhos que decorrem durante o sono; as interações com obras de arte literatura, música, pinturas, e na produção de mundos ficcionais, onde se poderá incluir também a música. No campo dos usos com fim instrutivo encontram-se a aptidão e liberdade para explorar possibilidades, definir estratégias antes de as implementar, e por isso, um uso muito ligado à aprendizagem e à compreensão de modelos teóricos, como no caso da física; enquanto guia epistemológico, no que concerne à sua relação com a possibilidade e com a capacidade de conceber também impossibilidades; e na capacidade de resolver problemas de nível prático, uma vez que também outros animais utilizam a imaginação para o mesmo fim. Outro uso muito discutido é o *mindreading*, traduzido à letra será “leitura da mente”, ou a capacidade de o sujeito se posicionar no lugar do outro, e que se torna possível pela projeção imaginativa (*imaginative projection*).

A parte I propõe uma retrospectiva histórica, que deve também ser entendida como um ponto de partida. É um conjunto de estudos sobre filósofos consagrados: Aristóteles, Descartes, David Hume, Immanuel Kant, Husserl, Jean-Paul Sartre. Estes estudos são essencialmente exposições e interpretações contemporâneas sobre as respetivas conceções de imaginação e sua influência, mas, em alguns, esse contributo para o debate atual não é tão evidente. Ao contrário das restantes partes do livro, que se concentram em características ou funções da capacidade imaginativa, ou da sua relação com campos disciplinares, esta parte, por se referir a autores consagrados, está

direcionada para uma teorização da natureza da imaginação e para traçar um quadro general mais abrangente, numa perspectiva diacrónica. Sobre Aristóteles, Deborah K.W. Modrak (pp. 15-26) defende que a *fantasia*, imaginação aristotélica, reproduz conteúdo percetivo, *fantasmas*, i.e., imagens mentais ou um tipo de experiência sensorial distinta da percepção. A imaginação é um veículo de objetos a conhecer, as imagens são conceptualizadas pelo ato de pensar. Por essas razões é uma capacidade muito mais próxima à percepção do que ao pensamento. A imaginação segundo Descartes, descrita por Dennis L. Sepper (pp. 27-39), é revolucionária porque combina o “filosofar” com uma nova prática imaginativa e essencial à matemática e à ciência, numa primeira fase. Numa segunda fase, a imaginação eclipsa-se e deixa alguns dos precursores do pensamento cartesiano interpretar a concepção de Descartes enquanto defensora da “inutilidade” da imaginação. Fabian Dorsch (pp. 40-54) expõe a concepção humeana sobre a natureza e funções da imaginação, considerando que continua a ser influente na Filosofia contemporânea em questões como o conhecimento modal e a resistência imaginativa e relaciona-a com posições neo-humeanas sobre a natureza da percepção, memória episódica, experiência imaginativa. Samantha Matherne (pp. 55-69) expõe a concepção de Kant da faculdade da imaginação juntamente com as dimensões moral e estética. É descrita como faculdade responsável pela representação dos fenómenos, objetos sensíveis, ausentes à intuição, em virtude de se tornarem objetos inteligíveis pela razão. É também responsável pela sintetização e representação de conceitos, e pelo esquematismo, princípio pelo qual é possível a formação da imagem mental. Husserl, segundo Julia Jansen (pp. 69-81), direciona o seu estudo para uma imaginação de carácter transcendental e de natureza anti-representacionalista. Na concepção sartriana, exposta por Robert Hopkins (pp. 82-93), a imaginação é central para a vida mental, corresponde a estar consciente de algo e admite um estado mental de quase observação (*quasi-observation*), apresentando as coisas da imaginação enquanto irreais.

A parte II é dedicada às discussões contemporâneas sobre a imaginação. Começa com uma descrição e exploração do conceito de imagem mental (*mental imagery*) e a relação deste tipo de estado mental com a faculdade imaginativa, em capítulo da autoria de Dominic Gregory (pp. 97-110). A questão fundamental deste tópico é se é possível haver imaginações não-imagísticas (*nonimagistic imaginings*), ou melhor: se as imagens são essenciais à imaginação. A relação entre imaginação e construção de crenças é explorada por Neil Sinhababu (pp. 111-123), que pretende reforçar a ideia de que são estados mentais totalmente distintos, apresentando não só

essa abordagem, como aquela que defende que existem estados intermédios entre crença e imaginação, focando-se na imaginação proposicional. Bence Nanay (pp. 124-134), mostra as diferenças e semelhanças entre percepção e imaginação; de seguida discute duas formas possíveis da capacidade mental interagir com a percetiva, demonstrando que de alguma forma a imaginação é necessária à percepção. Em *Imagination and Memory* Dorothea Debus (pp. 135-148) explora as semelhanças e ligações entre memória recolectora (*recollective memory*) e imaginação sensorial (*sensory imagining*). Sugere que ambas ocorrem normalmente em contextos que pertencem a outros estados mentais e que as memórias são constituídas por uma propriedade relacional que não está presente nas imaginações sensoriais. Debate a questão das memórias falsas e defende que estas não deveriam ser tidas como memórias mas como fenómenos de natureza imaginativa; e discute ainda a questão da viagem temporal mental, e como é que a imaginação pode estar envolvida no processo. Jonathan Jenkins Ichikawa (pp. 149-162) é autor do capítulo sobre a natureza do sonho e a alucinação onde discute como a imaginação poderá estar presente nesses estados mentais, fazendo uma revisão do debate entre dois modelos teóricos que pretendem responder-lhe: o modelo da alucinação (*hallucination model of dreaming*) que defende que enquanto o sujeito está a dormir e a sonhar, está a ter o mesmo tipo de experiência percetual que teria se estivesse acordado; o modelo imaginativo do sonho (*imagination model of dreaming*), que argumenta a favor de uma experiência de natureza diferente da percetual em estado de vigília. A segunda tese descreve a constituição do sonho enquanto produto de exercícios da imaginação que envolvem tanto imagens sensoriais, como imaginação proposicional. Esta parte finda com um capítulo escrito por Amy Kind (pp. 163-176) acerca da questão de a imaginação conseguir simular desejos (*desire-like imagination*), ou seja, desejos imaginados. Pressupõe uma projecção do indivíduo numa situação que não é a atual, levando a adotar, ou experimentar desejos (e também crenças) que não correspondem à sua realidade. Kind não só reflete sobre a definição do conceito, como também apresenta os casos atuais a favor e contra esta definição: desde *mindreading* e resistência imaginativa (*imaginative resistance*) até ao envolvimento emocional com obras de ficção (*emotional engagement with fiction*), entre outros. Tanto o *mindreading* como a resistência imaginativa vão surgindo noutros artigos do livro. A resistência imaginativa constitui uma dificuldade no estudo filosófico da imaginação pois é considerada um entrave na atividade livre original desta faculdade. Esta resistência da imaginação não deixa que se prolonguem ou completem imaginações que não sejam coerentes

com os ideais morais do sujeito.

A parte III é destinada ao estudo das relações entre a imaginação e a estética. No capítulo que abre a terceira parte Nick Wiltsher e Aaron Meskin (pp. 179-191) distinguem três domínios nos quais imaginação e arte poderão estar ligadas: o domínio da produção, o domínio ontológico e o da apreciação da obra de arte. No capítulo seguinte, James O. Young (pp. 192-203) discute o papel da imaginação durante a audição de uma peça musical, expondo a teoria da semelhança, e as suas variações, defendendo que uma peça musical expressa um estado emotivo se contiver elementos vocais ou não vocais que “tipicamente” expressem essa emoção, referindo ainda as teorias da *persona*, pessoa hipotética a quem as emoções expressas na música pertencem. Kathleen Stock (pp. 204-216) discute as posições salientes a favor e contra a ação imaginativa como fundamental no âmbito da ficção. Ainda sobre a ficção, a relação emocional do sujeito com a ficção é abordada por Stacie Friend (pp. 217-229), onde a questão elementar que se põe é porque é que o sujeito responde emocionalmente a uma ficção do tipo literário, uma vez que não estão presentes crenças que suportem essa reação, como estão noutros tipos de estados mentais; e ainda como é que essa resposta se desenvolve.

Na parte IV discute-se a imaginação no âmbito da filosofia da mente e na ciência cognitiva. Começa pela arquitetura cognitiva da resistência imaginativa, por Kengo Miyazono e Shen-yi Liao (pp. 233-246) que enquadram a arquitetura cognitiva e clarificam o sentido de imaginação que é relevante para abordar o conceito, oferecendo uma nova taxonomia de resistências imaginativas. Examinam também considerações acerca do conceito *belife-like imagination*, ou imaginação cognitiva; acerca de *desire-like imagination* ou imaginação conativa; e resistência imaginativa que não envolve fundamentalmente qualquer tipo de ação da imaginação. Dustin Stokes (pp. 247-261) aborda a questão acerca dos papéis que a capacidade imaginativa assume na criatividade humana, começando pela criatividade do ponto de vista de Kant e Sartre, passa depois a uma análise conclusiva do debate atual. Assunto relevante debatido por Shannon Spaulding (pp. 262-273) é a teoria da simulação (*simulation theory*) que mostra alguns traços de uma teoria de *mindreading*, mas que se orienta para assuntos como a imitação e o envolvimento emocional. Dilip Ninan (pp. 274-285) expõe a relação da imaginação e do “eu”: pela imaginação é não só possível o sujeito imaginar-se enquanto outro, como pode pôr a possibilidade de ter sido outra pessoa (*I could have been B*), e sobre qual o tipo de imagem que está envolvida no processo de imaginação inerente à troca de identidade. Como

a imaginação tem também uma forte influência na ação, Neil Van Leeuwen (pp. 286-299) escreve sobre o papel das imagens na deliberação de ações, explorando os tipos de ação orientados por imagens (*imagery-oriented action*), o papel das atitudes imaginativas e dos desejos na ação, concluindo que estes conceitos auxiliam à construção de possibilidades de ação. Deena Skolnick Weisberg (pp. 300-313) defende que o estudo do desenvolvimento humano é importante na abordagem das questões que se referem à imaginação. Analisa o desenvolvimento de três formas de imaginar: jogos de “faz de conta”, cenários contrafactuais e histórias. Aborda também a questão acerca de como uma criança distingue a realidade da imaginação, como é que a desordem do espectro autista causa falhas nas capacidades da imaginação, e como é que as diferentes formas de esforço imaginativo estão relacionadas com outras capacidades cognitivas. Acerca da simulação e da imaginação, Elizabeth Picciuto e Peter Carruthers (pp. 314-325) exploram o conceito definindo como uma espécie de imaginação incorporada, perguntam qual é a função central da simulação, se os animais simulam, pois alguns detêm imaginação, e como é que esta atividade mental aumenta a criatividade dos adultos. A questão acerca de se os animais imaginam é estudada por Robert W. Mitchell (pp. 326-338) que aborda as seguintes questões: se as mentes animais possuem imagens mentais e percepção; se têm *insights* (capacidade de solucionar situações cujas condições essenciais eram aparentes), se simulam e se são criativos. A relação da imaginação com a racionalidade é um tópico central e, também, um dos mais complexos. O último texto desta parte é de Ruth M.J. Byrne (pp. 339-352), que explora a ligação que os pensamentos contrafactuais fazem entre razão e imaginação. Discute tanto as capacidades da imaginação como do pensamento racional, defendendo que ambas dependem do mesmo tipo de processos computacionais subjacentes e que a razão depende de processos cognitivos que suportam as alternativas da realidade criadas pela imaginação.

A parte V prossegue com discussões específicas nas áreas da ética, da psicologia moral, da filosofia política, na quinta parte. Alguns casos desenvolvem estudos anteriores, ou exploram consequências teóricas. Mark Johnson (pp. 355-367) pretende reposicionar a imaginação na filosofia moral e o seu papel na cognição moral, e recorre à capacidade imaginativa da simulação. Nesse sentido, Karsten R. Stueber (pp. 368-379) escreve acerca da empatia e da habilidade de o ser humano se reposicionar na perspetiva do outro, relacionando conceitos de *mindreading* e *recreative imagination*. Aaron Smuts (pp. 380-391) discute até que ponto as extrapolações imaginativas também estão sujeitas a avaliações morais e sentimentos de culpa, discute a diferença

entre maldade num sonho ou numa imaginação e avalia o significado moral da fantasia, imaginação guiada e sonhos. A dimensão política da imaginação é apresentada por Natalie M. Fletcher (pp. 392-404), propondo a imaginação como ferramenta de desenvolvimento, uma vez que esta é a capacidade da possibilidade e das novas resoluções e, portanto, do aumento do leque de deliberações possíveis.

A parte VI e última ocupa-se da imaginação em epistemologia, filosofia da ciência e filosofia da matemática. O papel da imaginação na aprendizagem é explorado por Greg Currie (pp. 407-419), expondo a importância da imaginação para o conhecimento, assim como para o “saber fazer”, tratando a imaginação guiada por uma obra fictícia enquanto meio de melhorar a empatia. A questão da experiência da experiência mental é discutida por Roy Sorensen (pp. 420-436), sua aplicabilidade na imaginação científica, analisando a importância da imagem em alguns modelos teóricos, a eficácia de algumas experiências e pontos de vista acerca da fiabilidade da imagem para a experiência. Na epistemologia, Peter Kung (pp. 437-450) analisa a questão acerca do valor e posicionamento epistémico da imaginação e da sua relação com as possibilidades acessíveis por introspeção. Adam Toon (pp. 451-462) expõe a importância da imaginação na aprendizagem e compreensão de modelos científicos para aplicar posteriormente na investigação, na aprendizagem e na compreensão de sistemas. A relação entre imaginação e matemática fecha a coleção de ensaios no ensaio de Andrew Arana (pp. 463-477) que faz um apanhado histórico acerca da imaginação enquanto faculdade de representações com uma função específica em matemática, desde a era clássica com Aristóteles e finalizando na contemporânea. O volume ainda inclui índice temático e de autores estudados (pp. 478-481).

Esta extensa enumeração dos estudos permite-nos perceber a amplitude de problemas suscitados pela questão da imaginação. O volume reflete bem a cuidadosa coordenação editorial de Amy Kind na distribuição dos estudos pelas diferentes partes, organizadas por áreas da filosofia que estudam, de forma mais direta ou não, dimensões da imaginação, dando sobretudo lugar às investigações recentes e especializadas sobre o tema, tornando a obra particularmente útil para quem se ocupa da imaginação de uma forma aprofundada, sobretudo estudantes ou investigadores.

Uma pequena, e importante, nota acerca de um tema que não contemplada: a imaginação também é discutida na filosofia da religião. Nota-se, por isso, a falta de algum estudo que tratasse a imaginação no ato de crença e na prática religiosa. William Alston faz essa relação em *Perceiving God: The*

*Epistemology of Religious Experience*, demonstrando a possibilidade de crenças justificadas acerca de Deus e de a interpretação das visões enquanto desvios da racionalidade com origem na dimensão fantasiosa e livre da imaginação. O problema de como é que uma capacidade mental de carácter aparentemente livre, capaz até de extrapolar a realidade, pode, por outro lado, permitir que se forme conhecimento, também não é abordado de forma direta. Neste livro, pode considerar-se que estão lançadas diretrizes para um estudo nesse sentido. Em *Knowledge Throught Imagination* (2016), Amy Kind e Peter Kung começaram a resolver o quebra-cabeças, que é central para o posicionamento epistémico da imaginação e para o valor que tem na vida humana.

Descontadas essas ausências, não há dúvida de que *The Routledge Handbook of Philosophy of Imagination* é um valioso contributo para a comunidade académica. Como pretendia a editora, constitui um manual onde se encontram abordagens relevantes sobre conceitos, problemas e teorias; remodela totalmente outros conceitos e abordagens para afinar modelos teóricos, definindo com mais rigor qual a sua natureza, desmistificando alguns casos de compreensão imprópria da imaginação como capacidade mental. Dessa forma o volume oferece uma abordagem plural que engloba todas as dimensões e os múltiplos usos possíveis da imaginação, clarificando os modos como tem sido feita a divisão de funções entre pensamento racional e imaginativo, e permitindo, assim, esclarecer qual o posicionamento e o valor da imaginação na atividade mental e nas suas consequências para o agir humano.

Maria Eduarda Machado  
(Doutoranda em Filosofia. FLUP e Instituto de Filosofia)